

Lei antiaborto do Texas cria “caçadores de recompensa”

25/07/2021

A temporada de caça a recompensas no Texas (EUA) começa em 1º de setembro, quando entra em vigor a nova lei antiaborto do estado. Ela garante o pagamento de US\$ 10 mil a qualquer pessoa que processar envolvidos em aborto, fora do que é permitido pela própria lei — isto é, aborto só é permitido até a sexta semana de gravidez (incluindo gravidez resultante de estupro ou incesto).

John C. Thomas / Freepik



No caso *Roe vs. Wade*, de 1973, Suprema Corte americana criou jurisprudência que autoriza prática de aborto
John C. Thomas / Freepik

Se a constitucionalidade da lei for julgada pela Suprema Corte, existe a possibilidade de que a jurisprudência desse tribunal, que em 1973 autorizou abortos por meio do julgamento do célebre caso *Roe vs. Wade*, seja revertida. Isso porque atualmente o órgão de cúpula do judiciário americano é composto por seis ministros conservadores e apenas três liberais (mais informações abaixo).

Normalmente, a mulher sequer descobre que está grávida em seis semanas. São apenas duas semanas após a interrupção do ciclo de menstruação. Ou seja, na prática, abortos no Texas só poderão ser feitos com violação da lei.

De acordo com as novas normas, quem descobrir que um aborto foi feito no estado poderá processar a clínica, o médico, a enfermeira, um conselheiro, uma instituição que ajudou a mulher a pagar os custos do aborto ou qualquer pessoa que lhe deu qualquer tipo de apoio, incluindo familiar ou amigo que a levou à clínica.

Autores de ações desse tipo serão sempre pessoas físicas. Pode ser um ex-marido ou ex-namorado, um familiar, um vizinho ou qualquer pessoa que é contra o aborto ou quiser apenas receber a recompensa — nunca promotores, procuradores ou qualquer agente do governo. Isto é, será uma ação civil, não criminal.

Esse pormenor da lei visa contornar a decisão da Suprema Corte, que legalizou o aborto em todo o país, em 1973, garantindo à mulher grávida o direito ao aborto "sem excessiva restrição do governo". A restrição fundamental é que o aborto só é proibido após 24 semanas de gravidez. A atual lei do Texas proíbe o aborto após a 15ª semana de gravidez — ambas abrem exceções, como a de perigo de vida da mulher.

O autor de uma ação poderá processar pessoas e instituições envolvidas no aborto separadamente e reclamar de cada uma delas a recompensa de US\$ 10 mil. Além disso, o réu — pessoa física ou mesmo clínica de aborto ou instituição de financiamento ou de aconselhamento — terá de pagar todos os custos do autor da ação, incluindo honorários de advogados. Se, por acaso, o réu ou a ré conseguir se defender apropriadamente, ele(a) mesmo(a) terá de pagar seus advogados e quaisquer outros custos.



Indevido Processo Legal

Autores também podem mover ação em qualquer dos 254 condados do Texas. E a lei proíbe o juiz de transferir o caso para uma jurisdição mais apropriada para o réu. Assim, uma pessoa pode processar réus de El Paso em Houston, a 1.200 km de distância, obrigando-os a arcar com os custos de viagem, hospedagem, refeição etc., para se defender em uma ação movida por um desconhecido ou um ativista antiaborto.

A lei permite a autores antiaborto processar os mesmos réus em múltiplas jurisdições por um único aborto e, ao mesmo tempo, proíbe aos réus se defender com o argumento de que uma outra corte já tomou uma decisão favorável a seu favor.

Juristas consultados pela NBC News acham que os ativistas antiaborto terão uma batalha morro acima nas cortes. Em uma ação civil, terão de provar que a ação das organizações e pessoas envolvidas em aborto causa danos pessoais a elas — normalmente um obstáculo em ações civis por danos.

Mas isso não importa. O que os autores de ações querem, mesmo que algumas ações lhes sejam desfavoráveis, é levar à falência as instituições e pessoas envolvidas em abortos. Em outras palavras, podem inviabilizar abortos nos Texas, apesar de o aborto ter sido autorizado pela Suprema Corte. Isso poderá ser classificado como "litígio de má-fé".

A luta dos conservadores religiosos contra o aborto começou no Texas e em outros estados republicanos do Sul com piquetes nas portas de clínicas de aborto, manifestações de protestos e atos esporádicos de violência, segundo a NBC News.

Mas evoluiu para uma onda mais agressiva de vigilantismo. Criou-se uma nova classe de vigilantes (ou justiceiros), que passaram a usar nos últimos anos táticas ainda mais agressivas de intimidação, principalmente online, segundo a emissora de TV.

Agora, os "vigilantes" irão, com a nova lei, usar as cortes para executar suas táticas. E passará a existir uma nova classe de caçadores de recompensa, afirmam os opositores da lei.

Disputa constitucional

Entrevistados pela NBC News, ABC News, NPR (National Public Radio), os opositores da lei a classificaram como "draconiana", "insidiosa" e "cruel". Mas isso não ajuda a resolver o problema de ninguém — nem dos ativistas a favor do aborto ("pro-choice"), nem dos ativists antiaborto ("pro-life"). O que irá definir o destino da lei será o questionamento de sua constitucionalidade.

Na verdade, organizações pró-aborto já moveram uma ação em um tribunal federal no Texas para impedir que a lei entre em vigor. E isso é exatamente o que as organizações antiaborto querem, porque essa é uma disputa que certamente irá chegar à Suprema Corte dos EUA, onde irá se juntar a uma ação movida pelo estado de Mississippi.

Os conservadores esperam que a Suprema Corte, agora com seis ministros conservadores e apenas três liberais, poderá reverter a decisão que legalizou o aborto. A possibilidade existe, mas não são favas contadas. Dois ministros conservadores, o presidente da corte John Roberts e o ministro Brett Kavanaugh são defensores constantes dos precedentes da Corte.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2021-jul-25/lei-antiaborto-texas-cria-cacadores-recompensa/>